

Antíteses
Revista do Programa de Pós-Graduação em História Social

Arquivos do patrimônio: entre a preservação e o acesso, a produção de conhecimento no Iphan

Hilario Figueiredo Pereira Filho[I]
Lia Motta[II]

Resumo: O artigo analisa a constituição histórica dos acervos arquivísticos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Tendo como referência o Arquivo Central do Iphan – Seção Rio de Janeiro, fundamental para entender de que forma as propostas de preservação e acesso à rede de arquivos foram trabalhadas na instituição, nossa análise sublinha a importância do documento para os processos de atribuição de valor de patrimônio aos bens culturais.

Palavras-chave: Arquivos; bens culturais; Iphan; patrimônio cultural; conhecimento.

Grande área: História; Patrimônio Cultural; Arquivologia

I Doutorado em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO, Brasil. Pesquisador em Saúde Pública na Fundação Oswaldo Cruz, FIOCRUZ, Brasil e Professor do Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN, Brasil Orcid: https://orcid.org/0000-0003-1114-9719 E-mail: hilario.pereira@fiocruz.br

II Doutorado em Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil. Arquiteta Urbanista e Professora do Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN, Brasil. Orcid: https://orcid.org/0000-0001-5297-7890 E-mail: lia.motta@iphan.gov.br

DOI: 10.5433/1984-3356.2026v19.54561

heritage archives: between preservation and access, knowledge production at Iphan

Abstract: The article analyzes the historical constitution of the archival collections of the Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Taking as a reference the Arquivo Central do Iphan – Seção Rio de Janeiro, fundamental to understanding how the proposals for preservation and access to the archive network were worked on at the Institution, our analysis highlights the importance of the document for the processes of attributing value to heritage to cultural assets.

Keywords: Archives; cultural assets; Iphan; cultural heritage; knowledge

Broad area: History; Cultural Heritage; Archival Science

O objetivo deste artigo é destacar os arquivos dedicados à preservação de bens culturais, cujos acervos agregam documentos sobre práticas de sua proteção e de seu tratamento como patrimônio cultural. Para isso, nosso recorte abrangerá os arquivos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)[1], instituição que tem unidades com acervos arquivísticos em todos os estados do país. Pretende-se mostrar a importância dos arquivos para a proteção dos bens culturais, aspectos da sua gestão e organização, bem como questões relacionadas de acesso à informação. Tem-se, também, como objetivo deste texto tratar da tecnologia como possibilidade de agregação das informações por meio da criação de repositórios digitais para o acesso virtual dos documentos, conforme proposto no projeto Rede de Arquivos do Iphan. Esses arquivos guardam e tratam documentos que vão desde manifestações como iniciativas dos interessados na proteção do patrimônio cultural, passando por procedimentos administrativos, técnicos e políticos relacionados à aprovação ou negativa da proteção legal via tombamento e/ou registro de bens culturais, assim como aqueles relativos à sua conservação, restauração e salvaguarda.

Foi a partir do atual Arquivo Central do Iphan - Seção Rio de Janeiro (ACI-RJ), iniciado provisoriamente em 1936, na então capital federal, que ao longo do tempo foi criada uma rede de arquivos, acompanhando a paulatina descentralização do órgão, entre os anos de 1937 e 2009, quando todos os estados da federação passaram a contar com Superintendências. Até alcançar a abrangência atual, a descentralização contou com representações regionais, Escritórios Técnicos em sítios históricos, unidades especiais e com a nova sede institucional em Brasília. Hoje os arquivos do

Iphan constituem uma rede com 70 unidades distribuídas em todo o território nacional, que, dependendo do período em que a documentação foi produzida, resulta em informações complementares sobre um mesmo bem cultural, dispersas na rede.

Embora as categorias atuais de patrimônio – de naturezas material e imaterial –, estabelecidas desde a década de 1980, tenham consequências na formação de arquivos institucionais, aqui se pretende trabalhar com os bens de natureza material cujo acúmulo se deu desde os anos 1930 e que têm relação com a limitação ao direito de propriedade, inerente ao instrumento do tombamento (Rabello, 2009), envolvendo dificuldades adicionais no que diz respeito aos deveres da preservação e à legitimidade dos procedimentos da preservação. Por conta desse recorte temático, o ACI-RJ desponta como principal arquivo do Iphan por reunir os Processos de Tombamento, a nível federal, de todo país. Além disso, o Arquivo Central do Iphan – Seção Rio de Janeiro agrega informações sobre vários bens culturais distribuídos em todo território nacional, seja por meio da Série Inventário que tem como destaque fotografias de autoria de renomados fotógrafos como Marcel Gautherot, Erich Hess e Pierre Verger, seja pela Série Obras cujas fontes de pesquisa se diversificam entre plantas, desenhos, croquis, negativos, relatórios e requerimentos de intervenções em bens tombados individualmente ou em conjunto por vários municípios do Brasil.

A partir do nosso olhar voltado para bens classificados como materiais, serão descritos aspectos como: as características da documentação sobre o patrimônio material; a formação heterogênea dos acervos arquivísticos do Iphan, o que implicou traços como dispersão, duplicação, lacunas e complementariedade dos documentos da instituição; a importância dada aos arquivos na redemocratização da década de 1980, diante de novas demandas sociais, de novos conceitos de patrimônio, e perspectivas de investimento na documentação; assim como a proposta do Projeto Rede de Arquivos do Iphan, interrompida após investimentos iniciais significativos, mas demonstrativo do potencial de soluções para dar acesso a documentos relacionados aos bens culturais, dispersos no território brasileiro. Em meio à trajetória de ações de tratamento documental, as quais se fazem alicerçadas no equilíbrio dinâmico entre o acesso e a preservação dos arquivos, percebe-se que a produção de conhecimento sobre patrimônio cultural se estruturou como atividade permanente tanto internamente como externa ao Iphan.

Os anos 1980 colheram os primeiros frutos das ações em prol do fortalecimento do campo arquivístico no país.[2] Somada à modernização institucional e administrativa do Arquivo Nacional - a incorporação de novos técnicos especializados em gestão documental, conservação preventiva e outras práticas de preservação foi significativa no quadro funcional da instituição-, Paulo Elian Santos sublinha o funcio-

namento descentralizado do Fórum de Direitos dos Arquivos Estaduais, os debates em torno de um projeto de lei para os arquivos brasileiros e a pressão do Arquivo Nacional para que a Assembleia Nacional Constituinte incorporasse a noção de gestão documental no texto constitucional (Santos, 2008, p. 137-138). As tratativas para elaborar a legislação arquivística estenderam-se para a rede de agentes e instituições num contexto favorável de redemocratização do país; concomitante à busca ideal de um conjunto de arquivos mais condizente com os princípios de acesso aos acervos, notam-se esforços práticos como a implementação do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo (Saesp) que se tornou referência no desafio de gerir a massa documental produzida no âmbito administrativo.

Outro traço que a conhecida Lei de Arquivos evidenciou foi a relação com os acervos privados, muitas vezes negligenciados pelos poderes públicos. Essa preocupação já estava presente nas tentativas de parcerias entre instituições particulares e públicas, tendo no Programa Nacional de Preservação da Documentação Histórica (Pró-Documento) um exemplo de como essas ações de confluências caminharam por um período, ainda que reduzido, entre os anos de 1984 a 1988. De funcionamento complexo, abrigado no interior da Sphan/Fundação Nacional Pró-Memória, e de perfil multidisciplinar por envolver áreas como biologia, história, química, arquivologia, física e informática, o Pró-Documento tornou-se referência nas propostas de tratamentos de acervos de sindicatos, empresas, igrejas e instituições de ensino. Sob a ótica dos técnicos do Programa, de nada adiantariam os esforços da luta política pós anistia em trazer essas memórias plurais da sociedade brasileira, se não se concretizassem práticas mínimas de preservação e acesso aos diferentes arquivos. A experiência fugaz, porém, intensa do Pró-Documento, gerou bons frutos nas práticas preventivas dos acervos, trazendo um leque de opções de tratamento documental, também em consonância com os debates internacionais da época; boa parte dos técnicos que trabalharam no Programa foram alocados e distribuídos em instituições públicas como Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e Iphan (Bastardis, 2012).

A emblemática e referencial Constituição Federal de 1988 garante ao cidadão o acesso aos dados públicos gerados e mantidos pelo estado. No caso do artigo mais referenciado nas políticas patrimoniais, o artigo 216 define que constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial "portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira". Nessa medida, o texto constitucional garante o pleno direito ao acesso à informação sobre os bens, os procedimentos de escolha e ações de preservação. Um direito de construção de identidades e memórias, consagrados no

processo de redemocratização do país e explicitado na Constituição de 1988. Além disso, o uso do termo "documentação" foi pioneiro nas Constituições brasileiras: "cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem". As pressões pelo acesso aos documentos, condição essencial para o pleno exercício da cidadania, foram paulatinamente incorporadas pelas instituições públicas nas suas atividades de atendimento ao público.

A documentação dos arquivos do Iphan: dispersão e complementariedade

A formação dos acervos arquivísticos do Iphan remonta ao início do funcionamento da própria instituição. Como a antiga sede se localizava no Rio de Janeiro, o primeiro Arquivo que se constituiu ficava junto à direção do órgão: fotografias de diferentes bens culturais brasileiros, relatórios de viagens dos técnicos e Processos de Tombamento são exemplos de registros de como a memória e a história do Instituto pode ser (re)visitada. Além do acervo que hoje se denomina Arquivo Central do Iphan – Seção Rio de Janeiro, que agrega documentação da antiga direção da instituição e de sua respectiva área técnica, as atuais Superintendências de Pernambuco, Minas Gerais, São Paulo e Bahia mantêm importantes documentos históricos que atestam as relações de comunicação que se estabeleciam nas primeiras décadas dos trabalhos preservacionistas (Costa, 2015).

Conforme já mencionado, desde 1936 o então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), iniciou a formação de seu Arquivo Central, que durante um período teve também a denominação de Arquivo Noronha Santos.[3] Este nome se deve a uma homenagem de Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor do Sphan por mais de três décadas, ao historiador Francisco Agenor de Noronha Santos, falecido nos idos de 1954. Conhecido por seus trabalhos referenciais sobre a história do município do Rio de Janeiro, Noronha Santos foi Chefe de Seção do Arquivo Municipal, exercendo um importante trabalho de pesquisar e compilar informações sobre bens culturais de documentos históricos que estavam dispersas. Tal prestação de serviços foi muito acionada por Rodrigo M. F. de Andrade no intuito de conhecer mais a fundo a historicidade de potenciais bens a serem protegidos pelo Sphan. Contratado para pesquisar e transcrever fontes documentais dos séculos XVIII a XX, Noronha Santos se tornou amigo próximo do primeiro diretor do Sphan e, além de ter vários documentos transcritos com a sua assinatura no acervo do Arquivo Central do Iphan – Seção Rio de Janeiro, seu arquivo privado foi incorporado ao ACI-RJ quando

do falecimento de Noronha Santos – destaca-se, por exemplo, a constituição da Série Personalidades que reúne compilados biográficos de figuras representativas do campo cultural.

A partir da década de 1970, houve uma sistemática descentralização dos acervos, viabilizando as constituições de novos arquivos do Iphan em todos os Estados; porém, tais movimentos ocorreram em tempos diferenciados. À medida que as Superintendências ganhavam maior autonomia em relação à Área Central – concentrada em Brasília e no Rio de Janeiro -, os arquivos recebiam, também, um volume maior de documentos gerados a partir das atividades técnicas cotidianas. Em todo caso, o Arquivo Central do Iphan – Seção Rio de Janeiro permaneceu enquanto uma das principais referências da instituição: além de agregar documentos valiosos da área finalística, armazena os processos de tombamento abertos anualmente. Enfim, esse Arquivo do Iphan é ponto de confluência para todas as unidades do órgão e atende, diariamente, a um diversificado e numeroso público de pesquisadores externos.

Os quase 90 (noventa) anos de atuação do Iphan, marcados por um permanente trabalho de identificação, documentação, proteção e promoção do patrimônio cultural brasileiro, possibilitaram a formação deste importante acervo que permite (re) conhecer não só o histórico da instituição, mas também obter informações dos mais de mil e duzentos bens tombados em todo o território nacional e de suas respectivas áreas de entorno, dos bens móveis e integrados e dos sítios arqueológicos. Ademais, a notoriedade assumida pelos bens registrados como patrimônio imaterial, além da importância dos inventários de referências culturais fortaleceram o papel da documentação no âmbito institucional e na relação com a sociedade como um todo (Nascimento, 2016).

Historicamente, o Arquivo Central – Seção Rio de Janeiro foi o primeiro a ser constituído na estrutura da instituição. Atividades rotineiras como abertura e guarda dos processos de tombamento, de entorno e de saída de obras de artes do país, assim como a emissão de certidão para efeito de prova e inscrição dos bens nos Livros do Tombo tornaram-se clássicas no ACI-RJ. Este, por sua vez, ainda protagoniza o fato de ter recolhido a documentação histórica do Iphan no país entre as décadas de 1930-1980. Por outro lado, os arquivos das Superintendências de todos os Estados são de suma importância para a compreensão da rede que se formou no órgão desde o início do seu funcionamento.

O Iphan possui representações localizadas em todos os estados da federação, cujos acervos arquivísticos possibilitam múltiplas abordagens, pesquisas, olhares e incursões pelo campo da preservação do patrimônio cultural brasileiro. A documen-

tação existente nesses acervos é bastante diversa: relatórios dos estados de conservação dos bens culturais, fotografias e negativos, estudos sobre diversas manifestações da cultura brasileira, processos de tombamento, documentação cartográfica, processos de registro de bens imateriais, correspondências de trabalho, pareceres técnicos das diferentes áreas do campo preservacionista e registros audiovisuais são alguns exemplos de fontes de pesquisa que subsidiam políticas públicas, fomentam debates interdisciplinares e possibilitam a constante (re)construção do conhecimento.

O primeiro censo dos acervos arquivísticos da instituição ocorreu no ano de 1990 em função das rupturas administrativas realizadas pelo governo federal da época. Se até então as transformações institucionais pelas quais passou o atual Iphan tinham se restringido às suas nomenclaturas – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), de 1937 a 1946; Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Dphan), de 1946 a 1970; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), de 1970 a 1979; Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), de 1979 a 1990 – as extinções do Ministério da Cultura e da Fundação Pró-Memória, então braço executivo da Sphan, no dia 15 de março de 1990, por meio de Medida Provisória, trouxeram consequências imediatas. A criação da figura de um Inventariante a fim de designar uma Comissão para produzir o primeiro diagnóstico sistematizado dos acervos arquivísticos e bibliográficos no âmbito institucional pode ser destacada. Nessa medida, as unidades e subunidades inventariadas foram responsáveis pelo preenchimento de fichas de identificação e, em linhas gerais, boa parte delas realizava a divisão operacional entre 'arquivo técnico' e 'arquivo administrativo'. Ainda que essa cisão possa trazer problemas de entendimento para a organicidade dos fundos e das séries documentais, já que processos administrativos de compra de materiais de construção podem, por exemplo, ser objeto de interesse de pesquisadores da área técnica, essa organização dos arquivos nas Regionais do Iphan perdura como principal alternativa para subsidiar os trabalhos institucionais. Nesse período conturbado e instável, o nome do Iphan foi alterado para Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC); contudo essa nomenclatura não teve muita repercussão e, a partir de 1994, voltou-se ao tradicional e reconhecido Iphan.

A atividade deste primeiro censo realizada às pressas e em um contexto de incertezas e dificuldades para as políticas públicas de patrimônio, no início dos anos 1990, trouxe ainda um diagnóstico que apontava para a necessidade de muitas melhorias a serem realizadas na área da documentação. A carência de profissionais dedicados à rotina de tratamento dos documentos, a baixa implementação da gestão documental entre as unidades descentralizadas, assim como o orçamento

insuficiente para o tratamento dos acervos históricos foram alguns dos principais apontamentos do censo quando da extinção da Sphan/Pró-Memória. Por outro lado, todos esses dados foram recuperados cerca de vinte anos depois, quando a Coordenação-Geral de Pesquisa e Documentação (Copedoc) do Iphan foi criada em 2004 com o objetivo de dinamizar as trocas entre os arquivos e a atividade da pesquisa sob perspectiva interdisciplinar. A missão primordial da Copedoc era a produção e estímulo à produção de conhecimento sobre os bens culturais e de potencialização do uso do conhecimento acumulado e sua disseminação. Também constava como uma das suas tarefas a preservação e tratamento de fontes arquivísticas e bibliográficas nos seus diversos suportes, resultantes da ação institucional e necessárias a esta, assim como fundamentais para garantir o acesso amplo, a transparência das ações institucionais e o estímulo a apropriações variadas que permanentemente colocam em movimento o campo do patrimônio cultural.

A partir deste contexto favorável de trocas profícuas entre as ações de pesquisa e a lida com a documentação, realizou-se o segundo censo de arquivos, entre os anos de 2004 a 2006.[4] Tendo um mapeamento atualizado do estado geral dos acervos arquivísticos e bibliográficos, a Copedoc recuperou projetos de tratamento do Arquivo Central do Iphan – Seção Rio de Janeiro, que tinham se iniciado nos anos 1980 e foram interrompidos com a extinção da Sphan/Pró-Memória -, além de estabelecer diretrizes gerais para que as unidades descentralizadas do órgão pudessem tratar seus acervos documentais adequadamente. Concomitantemente, a consolidação da pesquisa no Iphan propiciou um aporte significativo para que a produção de conhecimento fosse algo cada vez mais realizado e compartilhado na instituição – e aqui podem ser sublinhadas as redes internas e externas ao Iphan, contempladas por pesquisadores com diferentes perfis acadêmicos e profissionais.

A criação do Programa de Especialização em Patrimônio (PEP) em 2004 que, posteriormente, transformou-se no atual Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Iphan, reconhecido pela Capes no ano de 2012, foi um marco emblemático para o fortalecimento dos acervos documentais e da pesquisa de caráter interdisciplinar. Isso porque o PEP possibilitou que unidades do Iphan pouco contempladas pelas políticas de preservação pudessem ser melhor atendidas. A partir de demandas das próprias unidades, há um fluxo contínuo de criação de vagas destinadas aos alunos bolsistas que, com perfis profissionais diversificados, formam-se no cotidiano do trabalho supervisionados por técnicos do Iphan e, ao mesmo tempo, são esses mesmos pesquisadores que criam novos documentos e pesquisam em arquivos da rede Iphan. Por ser um Programa de Pós-Graduação profissionalizante que tem como uma das suas principais características estimular o exercício crítico em

relação à prática dos agentes e das instituições do campo do patrimônio cultural, o Mestrado do Iphan persevera, depois de completados vinte anos de vida, como uma ação educativa continuada que propicia a inovação científica a partir da construção do conhecimento crítico, propositivo e dialogado com a sociedade brasileira.

Sobre a documentação nos arquivos do Iphan

Considerando que o patrimônio cultural é uma escolha relacionada aos significados atribuídos aos bens culturais, a documentação registra os procedimentos de avaliação dos significados aos bens para sua proteção pelo poder público. Como qualquer pessoa física ou jurídica pode solicitar a preservação de bens culturais, os procedimentos de sua patrimonialização envolvem interesses de cidadãos, da sociedade civil, de instituições e dos próprios órgãos de preservação. Pode-se destacar a fundação das práticas de preservação na década de 1930, que envolveu iniciativas dos intelectuais modernistas - organizados a partir da Semana de 1922, que influenciaram as escolhas do Iphan -, construindo valores ao relacionar a arte e arquitetura colonial a uma identidade nacional. Essas, segundo seu entender, simbolizavam o abrasileiramento do que foi trazido de Portugal; o que se adaptou ao território e à mão-de-obra local, marcando as escolhas dos primeiros tombamentos em 1938 (Chuva, 2009).

Tendo como referência a atual Lista de Bens Tombados pelo Iphan, atualizada em junho de 2024, há sob a proteção do órgão 1.269 (mil, duzentos e sessenta e nove) bens, dos quais 948 (novecentos e quarenta e oito) são bens tombados pelo seu valor individual, 251 (duzentos e cinquenta e um) bens em conjunto, sendo conjuntos urbanos, rurais, arquitetônicos, acervos e coleções entre outros, e 70 (setenta) bens móveis ou integrados às estruturas arquitetônicas. Havia, ainda, 591 (quinhentos e noventa e um) bens protegidos pelo instrumento da valoração,[5] como remanescentes da extinta Rede Ferroviária Federal. Sociedade Anônima (ex-RFFSA). Trata-se, portanto, de um universo considerável de bens protegidos, principalmente quando se tem sítios urbanos nos quais os imóveis são tratados de modo individuado, podendo apenas um bem da contagem do Iphan representar cerca de 1000 (hum mil) imóveis protegidos e a necessidade de atender às demandas e necessidades dos moradores e demais usuários. O mesmo ocorre em áreas de vizinhança dos bens tombados individualmente protegidos pelo instrumento do entorno.

Além dos procedimentos administrativos e técnicos da proteção, a preservação desse patrimônio cultural envolve situações e questões diversificadas, para seu tratamento, tais como: da aprovação e execução de obras de conservação, restauração,

adaptação a novos usos; modernização e ampliação nas edificações antigas; construção de edificações novas e de parcelamento do solo nos centros históricos; entornos de prédios tombados pelo seu valor individual; e autorizações para saída de obras de arte do país, entre outros. Essas são ações que resultam no controle da propriedade e outras limitações impostas aos bens. Se não embasadas em documentos ficam sujeitas a arbitrariedades técnicas, subjetivas, podendo ser confundidas ou consideradas com abuso de poder e, o que é pior, podendo colocar em risco o bem protegido. A documentação recebida e produzida na instituição, portanto, faz parte dos procedimentos da preservação.

A prática de concentrar informações sobre bens para serem identificados e, também, com potencial para serem tombados foi uma tônica presente na prática institucional do Sphan desde a fundação do órgão. Em entrevista ao Projeto Memória Oral do Instituto, a primeira secretária do diretor e agente fundamental nos trabalhos no gabinete, Judith Martins[6] revelou que: "Dr. Rodrigo começou a fazer pesquisas, indicava a bibliografia de monumentos e pedia a amigos, na Bahia, em Minas Gerais, informações, documentação fotográfica. Foi tudo praticamente de graça. [...] Era por meio de amizade mesmo – o Dr. Rodrigo tinha muitas – que se conseguiam informações (Thompson, 2009, p. 32). O fundamento de que as informações eram essenciais para a tomada de decisões do órgão preservacionista, aliada à ideia de que o conhecimento podia ser produzido a partir dessas fontes foi algo destacável na trajetória de constituição do acervo mais antigo do Iphan. No caso de Judith Martins, por exemplo, houve a produção do referencial "Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais", em dois volumes, que foram construídos a partir das fontes reunidas no Arquivo Central e se tornou uma obra de referência nos campos da arquitetura, conservação e restauro, museologia e demais áreas afins ao patrimônio cultural.

Com a criação oficial do Serviço, em 13 de janeiro de 1937, e principalmente com a promulgação do Decreto-Lei 25, em 30 de novembro no mesmo ano, que estabelece o tombamento como instrumento de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, o Arquivo passou a se responsabilizar pela salvaguarda dos documentos. Além das pesquisas citadas por Martins, a documentação conta com processos de tombamento, correspondências com cartas, telegramas e bilhetes, relatórios de obras e de viagens, levantamentos, fichas de identificação, e fotografias de bens artísticos, arquitetônicos, conjuntos urbanos e paisagísticos, processos de saída de obras de arte do país, documentos relativos a trabalhos com as primeiras unidades descentralizadas, em São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco, e com represen-

tantes da instituição em algumas cidades tombadas, como Diamantina e Ouro Preto, assim como prefeitos e moradores.

Pode-se exemplificar esses trabalhos do início das atividades do Iphan com a documentação produzida pelo projeto do Museu de São Miguel das Missões, de autoria de Lucio Costa, Lucas Mayerhofer e Leônidas Cheferrino, para abrigar as imagens do período jesuítico recolhidas na região além da troca de correspondências com o prefeito de Diamantina, em Minas Gerais, para a delimitação da área tombada e definição dos critérios para obras no casario do município. Constam ainda, documentos relacionados aos embates judiciais, devido a reações ao tombamento de imóveis e à delimitação de áreas de proteção em sua vizinhança, como a iniciativa junto com a prefeitura do Rio de Janeiro de limitação da altura dos prédios em construção no pé do Outeiro da Glória, definido como área de vizinhança para manter a visibilidade da igreja, resultando em luta judicial que durou anos. Também foi judicializado o tombamento do sobrado do Arco do Telles, do século XVIII, na Praça XV de Novembro, no Rio de Janeiro, cujo proprietário recorreu à justiça para anular a proteção, querendo construir ali um edifício de dez andares. As fotografias de servidores do Iphan e de fotógrafos contratados, devem ser destacadas, por representarem um acervo singular e notável. A pesquisa de Brenda Coelho Fonseca e Telma Soares Cerqueira registra a produção de 74 (setenta e quatro) fotógrafos na primeira fase de trabalhos institucionais, de 1937 a 1947 (Fonseca; Cerqueira, 2013). No Rio de Janeiro e Minas Gerais, onde houve uma grande concentração de tombamentos, além dos mencionados fotógrafos, o alemão Erich Hess e o francês Marcel Gautherot, destaca-se o brasileiro Herman Graeser, com atuação em São Paulo. Lucio Costa era um entusiasta para que os técnicos do Iphan portassem câmeras fotográficas com a finalidade do registro, razão pela qual houve uma proliferação da fotografia nos trabalhos de rotina da instituição.

Ao dispor da documentação relativa à proteção do patrimônio cultural, os arquivos do Iphan assumem uma função probatória, tanto no que diz respeito às medidas legais da preservação, quanto para embasar as opções do tratamento dos bens por meio de intervenções da conservação, restauração e salvaguarda. A legitimidade e qualidade das ações institucionais requerem pesquisas com acesso à íntegra das informações, de modo a orientar decisões e justificá-las, considerando os valores atribuído aos bens e o interesse coletivo que o patrimônio cultural representa. A documentação sobre os bens culturais, protegidos ou não pela instituição são também fontes de consulta de interesse de pesquisadores interessados no campo da preservação, com altos índices de consulta presenciais nos arquivos e, hoje com atendimento virtual, incluindo reprodução de documentos para envio aos interessa-

dos. Neste caso, não se trata do atendimento ideal, diante das possibilidades tecnológicas de acesso às informações, mas tem sido a forma viável.

O acesso permanente às informações e sua complementação faz com que os arquivos do Iphan, contendo conjuntos de documentos produzidos e recebidos conforme o Art.2º da Lei n°8.159/91, também conhecida como Lei de Arquivos, tenha como uma das suas especificidades uma documentação de uso corrente que já tem desde a sua origem a potencialidade de ser de caráter histórica. A despeito da reconhecida consolidação das premissas presentes nos manuais de Arquivologia (Bellotto, 2006) sobre as três idades do ciclo de vida documental - corrente, intermediária e permanente/histórica -, parte representativa dos documentos relacionados à missão institucional como os trabalhos de pesquisa nas ações de conservação, restauração, normatização, salvaguarda e revalorização, não se enquadram, necessariamente, neste fluxo das três idades dos documentos públicos, sobrepondo fases do ciclo. Isso porque existem situações em que a constituição de determinado dossiê como os emblemáticos Processos de Tombamento já 'nascem históricos'; a abertura do Processo, que pode ser solicitada por qualquer cidadão brasileiro, é oficializada no Arquivo Central do Iphan – Seção Rio de Janeiro, segue tramitação por instâncias técnica-administrativas do órgão e tem como um dos últimos rituais a apreciação por parte do Conselho Consultivo. Ainda que determinado bem cultural não tenha seu valor atribuído de patrimônio reconhecido, a documentação gerada para essa tomada de decisão segue o fluxo automático de corrente para permanente, sem passar pelo crivo da fase intermediária e suas tabelas de temporalidade.

Os documentos produzidos e recebidos na instituição, desde seu período inicial de funcionamento, resultaram em uma diversidade de acervos com diferentes tipos de suportes documentais: variados tipos de papeis, negativos de vidro, diapositivos, películas de vídeos e o cada vez mais crescente "documento digital" podem ser encontrados nos acervos sob o constante desafio do equilíbrio entre a preservação e o acesso. A produção de documentos em grandes formatos como plantas e mapas, assim como as espécies documentais de cartas, fotografias, atas de reuniões, relatórios técnicos, decretos e leis, além de registros audiovisuais conferem um amplo repertório de fontes documentais em toda rede de arquivos do Iphan. Ainda que o nosso foco seja o Arquivo Central do Iphan- Seção Rio de Janeiro, é importante sublinhar a diversidade documental que se estende para todo território nacional desde 1937, ano de fundação do Iphan, até os dias atuais em que se pode notar com mais vigor e clareza a produção de documentos cada vez mais descentralizada a partir da sua rede de 70 unidades – além das Superintendências Estaduais, com a peculiaridade

de conjuntos urbanos tombados terem seus Escritórios Técnicos, a Área Central agrega Unidades Especiais em Brasília e no Rio de Janeiro.

Interessante frisar que a tramitação de documentos no âmbito do Iphan sempre ocorreu de maneira dinâmica. Os processos comunicativos entre a sede – antes situada no Rio de Janeiro e, após a construção de Brasília, os departamentos foram paulatinamente transferidos, situação que perdurou até década passada, quando se oficializam as Unidades Especiais, que funcionam de maneira mais autônoma – e as atuais Superintendências são intensos e revelam a ideia do funcionamento em rede. A depender da Superintendência Estadual existe, por exemplo, uma intricada teia de Escritórios Técnicos localizados em conjuntos urbanos tombados; no caso de Minas Gerais há sete unidades distribuídas nos municípios de Ouro Preto, Mariana, Tiradentes, São João del Rei, Congonhas, Diamantina e Serro, cujas constituições ocorreram de forma heterogênea, impactando nas formações dos seus respectivos acervos arquivísticos.

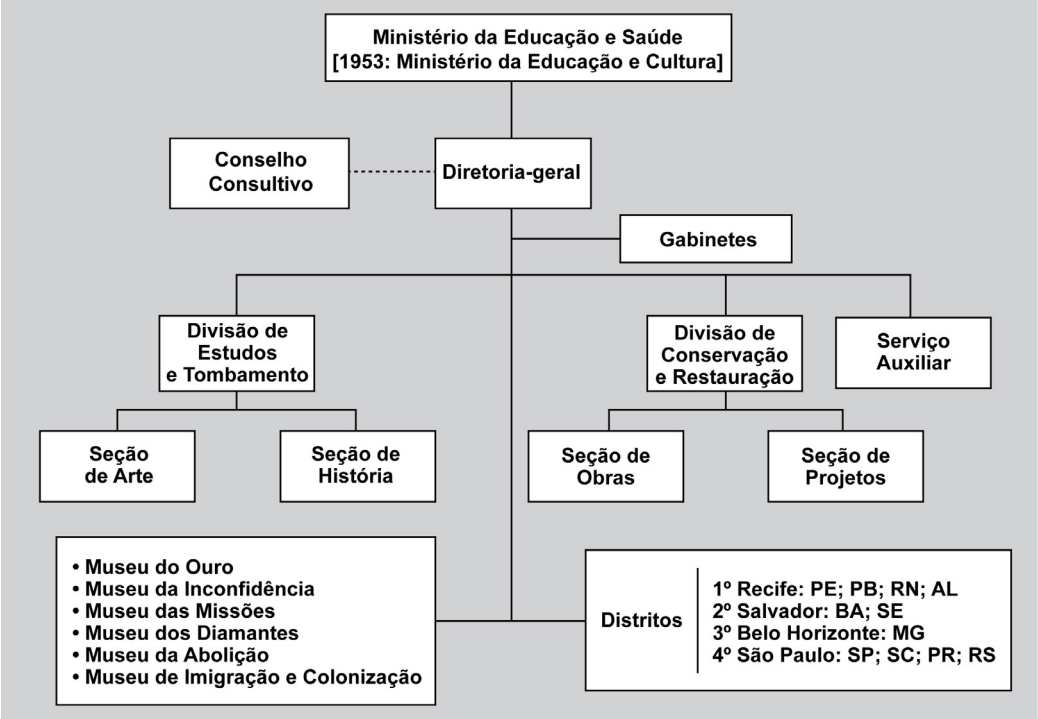
Por quase oitenta anos o Iphan tramitou documentos e processos majoritariamente no suporte de papel, cujo fluxo possibilitou que cada unidade agregasse informações para além das suas fronteiras administrativas. As trocas entre as redes internas institucionais conferiram um caráter multifacetado às ações em prol da preservação do patrimônio cultural; a organização dos acervos a partir da lógica 'bem cultural' é uma constante pelos arquivos descentralizados, tendo no Arquivo Central criado no Rio de Janeiro a expressão metonímica da memória iphanica. Desde 2015 o Iphan utiliza o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), produzindo e recebendo documentos nato-digitais, ou processando sua digitalização. Embora esse instrumento viabilize, atualmente, uma possibilidade de acesso maior às informações e o trânsito entre as unidades localizadas em todo o território nacional, ainda há carência de sistematização de ferramentas que agreguem as informações sobre os bens culturais brasileiros. Especialmente quando se pensa em termos da gestão eletrônica de documentos, o SEI não se apresenta como ferramenta mais adequada; situação esta que exige um provimento maior da instituição em prol da preservação do seu próprio patrimônio documental, o que poderia significar pragmaticamente, por exemplo, em busca de parcerias técnicas com outras instituições mantenedoras de acervos digitais.

Quebra-cabeça dos arquivos do Iphan

Em 1946, quando houve a primeira regulamentação da estrutura organizacional do Iphan, pelo decreto federal nº 20.303 (Figura 1), e o Serviço foi transformado em

Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Dphan), o Arquivo Central ficou sob responsabilidade da Seção de História da Divisão de Estudos e Tombamentos. Embora não se tenha destinado um cargo específico de chefia para seu funcionamento, sem que fosse caracterizado como seção ou serviço, sua manutenção coube à Divisão de Estudos e Tombamentos.

Figura 1: Estrutura organizacional do Iphan a partir de 1946.



Fonte: Thompson, 2015, p. 26. Elaborado com base no Decreto n° 20.303.

Segundo Judith Martins, em entrevista concedida ao Projeto Memória Oral da Sphan/Pró-Memória no ano de 1982, a primeira organização mais sistemática do Arquivo Central ocorreu a partir da estrutura da então Dphan, contando com a decisiva contribuição do escritor mineiro Carlos Drummond de Andrade.[7] De acordo com a técnica que trabalhou por décadas como maior sustentáculo do gabinete da direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade, Drummond fez uma organização "muito simples, mas muito lógica, geográfica e algébrica, de maneira que sempre se encontra o que se precisa. É uma organização muito simples e muito sumária, mas muito eficiente" (Thompson, 2009, p. 33). Importante salientar que este arranjo de feições arquivísticas ainda persevera como base das séries Inventário e Obras do ACI-RJ e serviu, também, como referencial para a organização dos arquivos descentralizados que se constituíram primeiramente nos antigos Distritos – Bahia, Pernambuco, Minas Gerais e São Paulo apresentam traços da lógica que traz bens culturais inseridos

nos diversos municípios dos estados brasileiros, com especial atenção para os bens patrimonializados.

A partir dos trabalhos iniciais, com a administração central e quatro Distritos do Iphan, a política governamental de desenvolvimento regional do governo federal resultou em ações que favoreceram a implantação de novas unidades na instituição. Essas foram oficializadas na segunda estrutura do Iphan em 1976, quando a estrutura regimental criou mais cinco Diretorias Regionais (DR's), totalizando 9 (nove) DR's (Figura 2). Houve, portanto, um aumento substancial na produção documental das novas unidades do Iphan, motivando a constituição de arquivos descentralizados – Aloísio Magalhães, que assumiu a presidência do órgão a partir de 1979, era um dos grandes apoiadores da política de descentralização dos arquivos, pois entendia que a ação seria vantajosa para os trabalhos de preservação nas diferentes regiões do país. Cabe observar que a nova estrutura com Diretorias Regionais pretendeu abranger todo território nacional, embora ainda privilegiasse as grandes capitais contempladas com as sedes, como sistematizado no quadro abaixo:

Figura 2: Diretorias Regionais do Iphan formalizadas em 1976.

1ª DR	Belém [AM; AC; PA; Territórios do Amapá e de Roraima]
2ª DR	São Luís [MA; PI; CE]
3ª DR	Recife [PE; RN; PB; AL; Territórios de Fernando de Noronha]
4ª DR	Salvador [BA; SE]
5ª DR	Rio de Janeiro [RJ; ES]
6ª DR	Belo Horizonte [MG]
7ª DR	Brasília [DF; GO; MT; Território de Rondônia]
8ª DR	São Paulo [SP; PR]
9ª DR	Porto Alegre [RS;SC]

Fonte: Thompson, 2015, p. 43. Elaborado com base no Relatório de Atividades do Iphan de 1977.

Nessa estrutura de 1976 o Arquivo Central ficou subordinado à Divisão de Estudos, Pesquisas e Tombamento, centralizando os Processos de Tombamento e documentos relativos ao permanente acompanhamento dos trabalhos com bens tombados. Permaneceu, portanto, a troca de correspondências e documentos entre as Diretorias Regionais e a Direção-Geral das primeiras décadas de vida do Instituto. No acervo do ACI-RJ até hoje são encontradas cópias feitas em papel carbono da documentação produzida na sede; apesar dessa prática significar um maior acúmulo da massa documental, por outro lado isso foi importante porque muitas vezes as DR's não tiveram estrutura suficiente para preservarem de forma adequada os documentos técnicos trocados entre as diferentes áreas da instituição.

Ademais, é interessante destacar a complexidade das formações dos acervos arquivísticos por conta das sucessivas mudanças administrativas do órgão. O exemplo das antigas 8ª e 9ª DR's pode ser entendido como metonímico para o quebra-cabeça dos arquivos do Iphan. Isso porque São Paulo foi um dos quatro primeiros Distritos do Sphan, cuja área de atuação contemplava os estados do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Em 1976 houve as formações da 8ª DR, com São Paulo e Paraná, e da nova 9º DR, tendo RS e SC; essa nova configuração foi suficiente para alterar o fluxo de documentos entre as referidas Unidades e a Área Central, assim como indicava as primeiras discussões muitas vezes desencadeadas em disputas entre as representações do Iphan: afinal, onde deveriam ficar guardados os documentos mais antigos, nos locais originais ou nas novas sedes estaduais? Em linhas gerais, pode-se dizer que se respeitou a historicidade dos acervos, contudo o fato do Arquivo Central no Rio de Janeiro ter acumulado parte representativa de informações sobre bens culturais de todo país acabou gerando algumas tensões ao longo do tempo. Isso porque a ausência de ferramentas tecnológicas para dar acesso à documentação era a razão evocada por alguns dirigentes que pleiteavam a divisão do acervo histórico entre todas as Regionais. Por sua vez, é nítido perceber que os técnicos do Arquivo Central do Iphan – Seção Rio de Janeiro realizaram um contínuo trabalho de atendimento às unidades que demandavam por informações – prova disso são as cópias da documentação que se constituíram nos acervos das atuais Superintendências Estaduais. Contudo, foi apenas depois de acionar um instrumento típico do campo do patrimônio cultural, que houve a decisão para que esse acervo mais antigo do Iphan não fosse erroneamente fragmentado: o tombamento do Arquivo, por parte do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro (Inepac), no ano de 2002, em conjunto com mais 12 acervos de instituições federais situados no Rio de Janeiro. Essa ação legal foi imprescindível para a preservação dos acervos em permanente ameaça de transferência da antiga Capital para Brasília, sendo necessário valorizá-los como bens culturais pertencentes historicamente ao Rio de Janeiro, onde foram constituídos.[8]

Vale aqui um parêntese sobre o tombamento dos arquivos como ação que pode ser considerada educativa, despertando para seu valor de patrimônio. Embora a importância da constituição de arquivos pelos Estados já tenha sido destacada na Carta de Atenas (1931), primeiro documento internacional do campo da preservação do patrimônio cultural, estabelecendo uma relação direta com a preservação dos bens, e tenha sido reafirmada na Carta de Veneza (1964), reforçando a necessidade da guarda da documentação especializada e sua disponibilização, esses acervos têm ficado secundarizados nas instituições, muitas vezes inseridos nas estruturas das

áreas meio. A construção de valor de patrimônio pelo Inepac aponta para o sentido dos acervos como bens culturais integrantes do conjunto de bens móveis e imóveis. Não se trata de prática comum nas instituições de patrimônio, até mesmo porque os acervos são protegidos pelos processos de gestão documental, que preservam os documentos considerados permanentes e históricos. Mas sua valorização como patrimônio cultural pode cumprir uma função necessária à promoção e obtenção de investimentos, equiparando os acervos documentais aos demais bens patrimonializados.

Depois dos dois momentos descritos da criação oficial de regionais do Iphan em 1946 e 1976, houve uma sequência de nove decretos e portarias, de 1982 a 2009. Com isso, foi alterada a estrutura geral das unidades descentralizadas, possibilitando ao ACI-RJ realizar um atendimento mais próximo e sistemático às representações dos estados da federação. As sucessivas divisões administrativas culminaram nas atuais 27 (vinte e sete) Superintendências, sendo 26 (vinte e seis) unidades estaduais e o Distrito Federal. Também foram criados Escritórios Técnicos, subordinados às Superintendências. Segundo o Portal do Iphan, atualizado em 2024, são "37 Escritórios Técnicos, a maioria deles localizados em cidades que são conjuntos urbanos tombados, as chamadas Cidades Históricas". Constam também 6 (seis) Unidades Especiais: quatro delas no Rio de Janeiro - Centro Lucio Costa, Sítio Roberto Burle Marx, Paço Imperial e Centro Nacional do Folclore e Cultura Popular -, além de 2 (duas) em Brasília, o Centro Nacional de Arqueologia e o Centro de Documentação do Patrimônio. Hoje são, ao todo, 70 (setenta) unidades responsáveis pela gestão documental, incluindo a garantia de acesso aos documentos produzidos e recebidos pelo órgão de acordo com o regramento da atual Lei de Acesso à Informação.

O Arquivo Central no Rio de Janeiro permanece como uma das principais referências da instituição para pesquisas sobre bens de natureza material: além de agregar documentos valiosos da área finalística do Iphan, armazena os Processos de Tombamento, sendo ponto de confluência para todas as unidades e referência no atendimento a um diversificado e numeroso público de pesquisadores externos. A despeito disso é indispensável a consulta às informações referentes aos bens culturais, hoje dispersos nos acervos arquivísticos de Superintendências, Escritórios Técnicos e Unidades Especiais. Muitas dissertações de mestrado, teses de doutorado e artigos referenciais nas áreas interdisciplinares que permeiam o campo do patrimônio cultural utilizam como fontes de pesquisa a documentação do ACI-RJ e de toda rede Iphan. A potência dos arquivos do Instituto tem como um dos principais trunfos a produção do conhecimento de maneira dialogada e interdisciplinar com as universidades brasileiras e internacionais. Por sua vez, é importante sublinhar o papel de destaque

assumido pelo Arquivo Central do Iphan – Seção Brasília desde finais da década de 1970, quando a gestão de Aloísio Magalhães absorveu boa parte da estrutura do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), que pode ser entendido como uma das principais iniciativas em prol da preservação do que se denomina hoje como patrimônio imaterial. Atualmente o Arquivo Central de Brasília recolhe a documentação da Área Central do órgão, além de manter o traço histórico de documentos que significaram uma guinada nas políticas públicas patrimoniais por meio da valorização da dimensão da imaterialidade dos bens culturais (Fonseca, 2005).

Arquivos e redemocratização: uma luta diária pelos direitos sociais

Transparência era uma das palavras mais demandadas na redemocratização do país, após anos de ditadura do golpe de 1964. Em 1979, com o final do Ato Institucional n. 5 (AI-5), que reprimia a livre manifestação e cassou direitos políticos, grupos sociais iniciaram manifestações públicas pela restauração da democracia. Instituições públicas passaram a receber demandas por uma prestação de serviços de acordo com suas visões políticas de amplo atendimento à sociedade (Campos; Lima; Oliveira; Maricato, 2026). O Iphan foi instado por novas demandas pela preservação do patrimônio cultural: associações de moradores e instituições profissionais resistindo às demolições de áreas antigas das cidades para dar lugar a novas construções, em grande altura, favorecidas pela indústria da construção civil, como um dos motores da economia da ditadura; grupos afro-brasileiros organizados reivindicavam o respeito à sua diversificada produção cultural; e articulação entre órgãos da cultura com instituições de ensino, tendo a pauta do ensino dialógico em espaços para além das escolas e universidades podem ser citados como exemplos dos inventivos anos 1980 (Teixeira, 2020).

Notáveis, também, eram os pedidos de esclarecimento sobre critérios de tombamento e controle das intervenções no casario dos conjuntos urbanos tombados. Era preciso explicar as motivações e dar transparência aos atos. Algumas cidades, como Tiradentes, em Minas Gerais, acusavam a instituição de ter dois pesos e duas medidas, dependendo de quem solicitava fazer as obras em suas casas. Verdadeiro ou não, houve importantes respostas do Iphan das quais se pode destacar a estruturação de um Departamento Jurídico com a finalidade de regularizar pendências técnico-administrativas nos Processos de Tombamento e outras formas de proteção. Além disso, observam-se esforços para dar apoio às respostas ágeis às demandas por transparência, que teve como importante consequência o fortalecimento da área

de arquivos. Isso porque todo esse amplo rol de reivindicações requeria por um lado trabalhos com os acervos arquivísticos e a produção de conhecimento, tanto com base na documentação dos arquivos do Iphan quanto como sua complementação na forma de pesquisas e inventários.

Nesse mesmo período observa-se a valorização de bens para tombamento e a (re)valorização dos bens já tombados, por meio da leitura da sua forma como documentos. "Tratava-se do entendimento dos bens arquitetônicos como documentos, adotando a noção de monumento-documento e cidade-documento" (Motta, 2011, p. 347), distinguindo sua materialidade das informações contidas nos bens, passíveis de leitura.[9] Essa noção fortaleceu a relação entre a área de documentação e as ações de preservação dos bens materiais, principalmente dos arquitetônicos e urbanísticos.

No caso específico do Arquivo Central – Seção Rio de Janeiro, foi nele que se iniciaram as ações independentes da área arquivística no Iphan. A partir do Regimento Interno do órgão datado de 1986, houve a criação da Coordenadoria de Registro e Documentação (CRD). Foi um marco imprescindível na história institucional do Iphan, haja vista que a área de documentação foi considerada finalística, com autonomia em relação ao trabalho de tombamento, conservação e restauração aos quais estava subordinada até então. Ou seja, o ato de registrar e documentar, assim como o tratamento documental ganharam um lugar específico na instituição, em igualdade de condições hierárquicas com as demais áreas.

Essa autonomia, iniciada na década de 1980, foi fruto da azeitada mescla do processo de redemocratização do país, de transformações conceituais de patrimônio, e da perspectiva do arquivo como direito social e dever de memória (Nora, 1993). Interessante pontuar que além do campo do patrimônio cultural, o campo arquivístico também ganhou uma nova dinamicidade com a abertura política pós-ditadura. Em especial se pensarmos que o acesso à informação era algo sistematicamente tolhido pela censura que o movimento de buscar a verdade em torno dos crimes de agentes do Estado tornou-se, por exemplo, uma das grandes lutas cotidianas do período de redemocratização (Heymann, 2006).

Rede de arquivos do Iphan como aliada da produção de conhecimento

Por ser o acervo histórico mais representativo, heterogêneo e antigo do Iphan, o Arquivo Central do Iphan no Rio de Janeiro manteve a característica de ser bastante acionado pelos pesquisadores internos e externos ao Instituto. Se antes existiam os limites tecnológicos que obrigavam os interessados a se dirigirem ao Palácio

Gustavo Capanema para pesquisarem *in loco*, aos poucos os próprios consulentes abreviavam o tempo de estada no 8º andar do icônico prédio da arquitetura modernista mundial. Isso porque as câmeras digitais, substituídas pelos atuais *smartphones*, passaram a permitir que folhas de papeis fossem rapidamente clicadas sem a necessidade de uma leitura mais atenta; assim, o trabalho de campo do pesquisador era abreviado em dias, senão semanas, e a sala de consultas do ACI-RJ passou a ser menos frequentada presencialmente. Por sua vez, a demanda pelo acesso remoto aos documentos aumentou de maneira exponencial nas últimas duas décadas e a busca por ferramentas tecnológicas passou a ser uma prioridade no Iphan, assim como na quase totalidade das instituições. Nesse contexto o atendimento por meio da reprodução digital do acervo foi incrementado em função da demanda de unidades de todos os estados brasileiros e de pesquisadores sem condições de deslocamento para o Rio de Janeiro, mesmo sem contar com condições ideais de execução dos trabalhos. Cabe ressaltar que a maior parte das unidades descentralizadas do Iphan não tinham condições de atendimento remoto ao público, tornando difícil o acesso aos acervos.

Contando com poucos recursos institucionais, uma das iniciativas das equipes dedicadas aos arquivos foi a busca de financiamento em editais públicos. No contexto geral desses editais, o Arquivo Central – Seção Rio de Janeiro foi contemplado por algumas vezes: tratamento e digitalização dos negativos de vidro; compra de mobiliário adequado para acervos arquivísticos; e conservação preventiva de fotografias em papel especial podem ser citados como projetos executados a contento. (Lima; Pope, 2008). Entretanto, foi somente quando da proposição de um repositório ganhou concretude que as pressões em torno do acesso ao arquivo histórico mais importante da instituição se arrefeceram. Tratou-se do Projeto Redes de Arquivos do Iphan, selecionado pelo Edital Público do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em 2010, que deu início a um projeto de construção de um repositório digital para a documentação. Esse teve como principal parceira a Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin da Universidade de São Paulo (USP) e foi decisivo para que o ACI-RJ se consolidasse ainda mais como referência do tratamento de arquivos no Iphan. A ideia de que todos os acervos arquivísticos do órgão podem ser reunidos, virtualmente, em um espaço colaborativo foi o principal sustentáculo do projeto. Sob essa lógica, todo quebra-cabeça complexo com suas camadas de temporalidades, presentes nos arquivos do Iphan, pode ser melhor (re)constituído a partir da experiência do repositório digital da instituição.

Após fase de detalhamento e estruturação, o Projeto foi desenvolvido ao longo de três anos (2014-2016) e, dentre seus objetivos principais, estava a proposta de

tratar a documentação a partir de recortes temáticos. (Motta; Pereira Filho, 2014). Um exemplo elucidativo de como o repositório funciona pode ser pensado a partir do conjunto urbano tombado de Paraty (RJ): é possível encontrar fontes documentais sobre o município paratiense nos acervos dos Arquivos Centrais – Seções Brasília e Rio de Janeiro, da Superintendência do Iphan no Rio de Janeiro e no Escritório Técnico da Costa Verde. Nesse sentido, além de conceder amplo acesso à documentação pública e cumprir uma das missões finalísticas, o Iphan tem o potencial de reunir informações estratégicas em ambiente virtual para a preservação dos bens culturais sob sua responsabilidade. Em função de descontinuidades nas ações institucionais, em especial para aquelas voltadas para o tratamento documental, o piloto do Projeto BNDES não teve sequência a partir de 2017, quando teria que ser assumido na sua totalidade pelo Iphan.[10] A retomada dos trabalhos é imprescindível para que a rede iphanica de arquivos seja potencializada como território digital aberto a novas conexões entre instituições; ainda mais se consideramos que as tecnologias contemporâneas precisam ser compartilhadas com vistas a tornar os repositórios digitais mais seguros e autossustentáveis.

Considerações finais

Por fim, cumpre sublinhar que nutrir a rede de arquivos do Iphan, tanto na perspectiva da preservação dos seus documentos nos seus variados suportes, como no acesso cada vez mais ampliado do seu repositório, significa potencializar a produção de conhecimento por parte de um público pesquisador marcadamente interdisciplinar. É nítido perceber como o patrimônio cultural se tornou um tema de pesquisa bastante acionado por pesquisadores. E, nesse contexto, o Arquivo Central do Iphan – Seção Rio de Janeiro cumpre seu papel histórico de agregar aquilo que parece disperso mas que, a depender do olhar investigativo, consegue sugerir novas tessituras do intricado labirinto dos arquivos do patrimônio. (Pereira Filho, 2022).

A constituição original dos acervos se deu sobre as ações de preservação em relação a determinadas áreas de abrangência territorial pelas quais as unidades regionais eram responsáveis e que foram se reorganizando ao longo do tempo e das transformações conceituais de patrimônio. Pode-se considerar que as subdivisões iniciais e posteriores têm valor histórico, contam a história da instituição e da preservação, sendo em si um patrimônio cultural, devendo ser preservados e dispostos em redes virtuais para amplo acesso. Torna-se fundamental alcançar um estágio de tratamento documental, com padrões de organização e identificação que possibili-

tem a reprodução, e informatização dos documentos, incluindo o fluxo entre unidades de acordo com procedimentos de segurança e acessibilidade.

No entanto, é possível acreditar que investimentos importantes nos acervos documentais serão alcançados, sem interrupções, apenas quando esses forem compreendidos como bens culturais a serem preservados diante de seu potencial como referências de memória e fontes para construção e revisão de valores de patrimônio, construindo uma relação com a preservação dos demais bens de natureza material e imaterial protegidos pelo tombamento, registro e outras formas de acautelamento. Embora cientes dos avanços na área arquivística do Iphan, ainda há muito que investir para que os arquivos cumpram sua finalidade no campo da preservação.

Referências

BASTARDIS, Jean. *O Programa Nacional de Preservação da Documentação Histórica e seu significado para a preservação de arquivos no Iphan*. 2012. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) – Iphan, Rio de Janeiro, 2012.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes*: tratamento documental. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas*: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.

CAMPOS, Fhillipe; LIMA, Caio; OLIVEIRA, Margarida; MARICATO, João. Documentações, memórias e arquivos sobre a ditadura militar brasileira (1964-1985). *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 39, n. 1, p. 1-25, 2026.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória*: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

COSTA, Eduardo Augusto. *Arquivo, poder, memória*: Herman Hugo Graeser e o arquivo fotográfico do IPHAN. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2015.

FONSECA, Brenda Coelho; CERQUEIRA, Telma Soares. Mapeamento preliminar das atividades dos fotógrafos no Iphan (1937-1987). *In*: GRIECO, Bettina Zellner (Org.). *Entrevista com Erich Joachim Hess*. Rio de Janeiro: Iphan/DAF/Copedoc, 2013.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo*: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

HEYMANN, Luciana Quillet. *O 'devoir de mémoire' na França contemporânea*: entre a memória, história, legislação e direitos. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

IPHAN. *Programa de especialização em patrimônio do Iphan*: trajetória, avaliação e perspectivas. Rio de Janeiro: Iphan/Copedoc, 2010.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. *In*: *Enciclopédia Einaudi*, v.1 Memória-História. Lisboa: Imprensa Nacional, 1984.

LIMA, Francisca; POPE, Zulmira. *Programa de gestão documental do Iphan*. Rio de Janeiro: Iphan/Copedoc, 2008.

MOTTA, Lia. Arquivos e o Patrimônio da Arquitetura: um diálogo necessário. *In*: CASTRIOTA, Leonardo Barci (org.). *Arquitetura e Documentação*. Belo Horizonte: IEDS, 2011.

MOTTA, Lia; PEREIRA FILHO, Hilário Figueiredo. *Rede de arquivos do Iphan*: sistema de informações, higienização e acondicionamento do patrimônio documental. Rio de Janeiro: Iphan/Copedoc, 2014.

NASCIMENTO, Flávia Brito do. Patrimônio cultural e a escrita da história: a hipótese do documento na prática do Iphan nos anos 1980. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 24, n. 3, 2016.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. *Projeto História*, n. 10. São Paulo: EDUC, p. 07-28, 1993.

PEREIRA FILHO, Hilário Figueiredo. Documento e patrimônio entre usos e reflexões. *Tempo Social*, São Paulo, n. 34, v. 3, p. 295-313, 2022.

RABELLO, Sonia. *O Estado na preservação dos bens culturais*: o tombamento. Rio de Janeiro: Iphan, 2009.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. *Arquivística no laboratório: história, teoria e métodos de uma disciplina*. 2008. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2008.

TEIXEIRA, Luciano dos Santos. Historiografia do patrimônio na década de 1980? Algumas considerações. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, Nova Série, v. 28, p.1-21, 2020.

THOMPSON, Analucia. Campo Cultural e Contexto Histórico: nomes do Iphan. *In*: MOTTA, Lia (Org.). *Um panorama do campo de preservação do patrimônio cultural*. Rio de Janeiro: Iphan/DAF/Copedoc, 2015.

THOMPSON, Analucia (Org.). *Entrevista com Judith Martins*. Rio de Janeiro: Iphan/DAF/Copedoc, 2009.

Notas

1 O Iphan teve várias denominações desde sua criação: Sphan – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, de 1937 a 1946; Dphan – Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, de 1946 a 1970; Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, de 1970 a 1979; Sphan – Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, de 1979 a 1981; Sphan – Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, de 1981 a 1985; Sphan– Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, de 1985 a 1990; IBPC – Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, de 1990 a 1994; voltando a ser Iphan a partir de 1994.

2 A noção de campo utilizada ao longo deste artigo baseia-se na teoria de Pierre Bourdieu. Uma das obras de referência do autor é Bourdieu, 1996.

3 Arquivo mais antigo do Iphan, que já teve vários nomes na sua trajetória de mais de 80 anos: Arquivo, Arquivo Sphan, Arquivo do Patrimônio, Arquivo Noronha Santos e, hoje, Arquivo Central do Iphan – Seção Rio de Janeiro. O nome Arquivo Noronha Santos parou de ser referenciado para se evitar associação com a tipologia de arquivos privados, segmento esta que passou a receber mais atenção de pesquisadores e do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq) nas últimas décadas.

4 Importante destacar os trabalhos de gestão documental coordenados pela Gerência de Documentação (Gedab), que pertencia à estrutura maior da Copedoc. Os estudos sobre os censos de arquivos e bibliotecas do Iphan, além do mapeamento sobre fotografias e negativos históricos do acervo do ACI-RJ estão sistematizados em Lima; Pope, 2008.

5 Cabe explicar que a Valoração foi um instrumento de proteção criado com o intuito de reconhecer o valor de patrimônio ferroviário a bens móveis ou imóveis pertencentes à extinta RFSSA. A Portaria Iphan n° 407/2010 traz os principais procedimentos para que agentes, instituições e organizações da sociedade civil apresentem seus pleitos de reconhecimento para bens culturais enquanto patrimônio ferroviário.

6 Além de secretária de Rodrigo Melo Franco de Andrade e pesquisadora, Judith Martins tornou-se, em 1962, chefe da Seção de História e do Arquivo, substituindo Carlos Drummond de Andrade, que havia se aposentado. Permaneceu no cargo até 1973, quando se aposentou.

7 A carreira de Carlos Drummond de Andrade como funcionário público iniciou-se em 1931, quando ocupou cargo na Secretaria do Interior do Estado de Minas Gerais. A partir de 1937 chefiou o gabinete do ministro Gustavo Capanema, no Ministério da Educação e Saúde. Em 1945 foi convidado por Rodrigo Melo Franco de Andrade para trabalhar no Iphan; cinco anos depois tornou-se chefe da Seção de História, pertencente à Divisão de Estudos e Tombamento, período em que atuava diretamente no acervo do atual Arquivo Central do Iphan – Seção Rio de Janeiro.

8 Processo de Tombamento do Inepac E.18/001681/2002.

9 Referência conceitual importante é o texto Documento/Monumento, de LE GOFF (1984).

10 Alguns resultados parciais do Projeto Rede de Arquivos do Iphan podem ser visualizados em: https://acervodigital.iphan.gov.br/xmlui/

Submissão: 28/01/2026 | Aceite: 31/08/2026